

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO: ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES E RUPTURAS NA ERA DIGITAL

Vanessa Ramos Teixeira¹

RESUMO: Esta resenha foi produzida a partir das discussões acerca das transformações definidoras da desantropomorfização do mundo do trabalho presente no capitalismo contemporâneo, durante a disciplina Tópicos Especiais - Trabalho e Formação Humana, ministrada pela Professora Dra. Marise Ramos no Programa de Pós-graduação, Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. As obras de David Harvey (2017)² e da dupla Vitor Filgueiras e Ricardo Antunes (2020)³ surgem como contribuições significativas para compreender as contradições e desafios atuais das tensões intrínsecas ao sistema capitalista e como eles afetam a dinâmica econômica e social no mundo do trabalho. A análise das obras têm como objetivo principal discutir sobre o funcionamento do modo de produção capitalista a partir de contradições e efeitos econômicos, sociais e políticos oriundos das diversas crises que o sistema do capital tem enfrentado ao longo da história, apresentando como os autores discutem a emergência da uberização e a economia de plataformas, evidenciando o esvaziamento das relações trabalhistas e as implicações dessa nova organização do trabalho, além das possibilidades de regulação em um cenário complexo e desafiador.

Palavras-chave: plataformização do trabalho, nova organização do trabalho, capitalismo contemporâneo.

Credenciais dos autores

David Harvey

Nascido em 1935, Harvey é conhecido pelo seu trabalho sobre a relação espaço, capital e as dinâmicas sociais e econômicas dentro do capitalismo. Publicou sobre vários temas, incluindo urbanização, desigualdade social, e a crítica ao neoliberalismo. Seu livro “O limite do capital” (1982) é considerado

¹ PPFH – UERJ.

² HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2017 p.93-109.

³ FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020, pp. 59-78.

um marco na crítica marxista do capitalismo contemporâneo. Professor de antropologia e ciências urbanas da *City University of New York*. Em 1995, recebeu o Prêmio Vautrin Lud de Geografia, considerado a maior distinção na área. David Harvey é um geógrafo, sociólogo e teórico social britânico, conhecido como um dos principais pensadores contemporâneos no campo dos estudos urbanos e da geografia crítica.

Ricardo Antunes

Renomado sociólogo e professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), uma das principais instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Ricardo Antunes é reconhecido como um dos principais nomes da Sociologia do Trabalho no Brasil, contribuindo significativamente para a discussão e análise das relações de trabalho e suas transformações na contemporaneidade fato que o consolidou como uma figura central nas ciências sociais brasileiras e latino-americanas. Além de sua produção literária, é coordenador da coleção *Mundo do Trabalho*, que busca disseminar conhecimentos e reflexões sobre as dinâmicas laborais atuais. Antunes é, ainda, editor participante da revista *Latin American Perspectives*, nos Estados Unidos, e colaborador editorial de *Herramienta*, na Argentina, ampliando suas conexões e diálogos com os estudos sociais na América Latina.

Vitor Araújo Filgueiras

Acadêmico de destaque na área de Economia, com uma vasta formação e experiência que o credenciam como uma autoridade no campo, Vitor Araújo Filgueiras é Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde contribui significativamente para a formação de novos economistas. Sua trajetória acadêmica se concluiu com um Pós-doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2016 e realizou um Estágio de Pós-doutorado na SOAS, Universidade de Londres, em 2015. Antes disso, obteve o Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA, em 2012, e um Mestrado em Ciência Política pela UNICAMP, em 2008. Sua formação começou com a graduação em Economia pela UFBA, em 2005. Além de suas atividades acadêmicas, Vitor Filgueiras tem uma participação ativa em associações profissionais, atuou como Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) entre 2022 e 2023 e como Secretário da mesma instituição de 2018 a 2019, o que demonstra seu compromisso com o avanço do conhecimento e de estudos relacionados ao trabalho.

Os debates acerca das transformações do capitalismo contemporâneo têm sido intensos no meio acadêmico e nas esferas públicas. Em meio às inovações tecnológicas e mudanças nas relações de trabalho, temos as obras de David Harvey e da dupla Vitor Filgueiras e Ricardo Antunes emergindo com contribuições significativas para a compreensão das contradições e desafios que caracterizam a atualidade.

Tais pontos, destacados no livro *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*, em especial a contradição mutável de número 8 – Tecnologia, Trabalho e Descartabilidade Humana, aqui resenhada, onde Harvey analisa as tensões intrínsecas ao sistema capitalista, delineando como essas contradições impactam a dinâmica econômica e social em um mundo cada vez mais desigual.

Partindo de seus estudos marxianos, Lukács definiu o novo processo de desantropomorfização como:

A subordinação do homem singular trabalhador a um pôr geral, puramente econômico e, portanto, tecnológico-social, surge já na divisão do trabalho da manufatura. Quando a máquina desantropomorfiza o processo de trabalho, esta incrementa um processo qualitativo na direção da sociedade: a tarefa dos homens se restringe, cada vez mais a “vigiar as máquinas com os olhos e corrigir os defeitos dela com as mãos.”⁴

Podemos, assim, definir esse processo de desantropomorfização do trabalho, para além de uma dimensão quantitativa, como a perda qualitativa do trabalho vivo e sua subsunção ao trabalho morto, ponto de destaque no capítulo “Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo” presente na coletânea organizada por Antunes, que explora como a emergência da uberização⁵ e da economia de plataformas sugere um processo de esvaziamento das relações trabalhistas, problematizando as implicações dessa nova forma de organização do trabalho e as possibilidades de regulação em um cenário complexo e desafiador.

A presente resenha busca compreender como David Harvey, Vitor Filgueiras e Ricardo Antunes utilizam o referencial marxista para analisar as transformações do mundo do trabalho, com destaque para a emergência da economia de plataformas. Ao explorar as intersecções entre as obras desses autores, pretende-se identificar as principais contradições do capitalismo contemporâneo e suas implicações para a organização da classe trabalhadora.

4 LUKÁCS, G. *Por uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 239.

5 Ricardo Antunes (2018) denomina a uberização como o trabalho que se utiliza das tecnologias de informação e comunicação que fez desmoronar a separação entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. Para um estudo mais detalhado ver: ANTUNES, R. *O Privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

O ponto central da obra de Harvey é discutir o funcionamento do modo de produção capitalista, analisando as contradições e os efeitos econômicos, sociais e políticos que emergem das diversas crises que o sistema do capital tem enfrentado ao longo da história. O processo metodológico que norteia sua argumentação divide o capital (valor em movimento) e o capitalismo (uma fase do capital) em elementos diferentes; contudo, sua investigação está voltada para o capital e suas contradições internas, enfatizando a categoria *contradição* que é essencial na teoria marxista (Harvey, 2017, p.19-22).

Vale destacar que, em Marx, as contradições são inerentes ao modo de produção capitalista e são a força motriz da mudança social. A obra de Harvey, por sua vez, aprofunda essa análise, identificando 17 contradições mutáveis que se manifestam de formas diversas ao longo do tempo, mas que sempre desafiam a estabilidade do sistema capitalista.

Contudo, o autor não adota uma perspectiva moralista em relação às contradições do capitalismo; em vez disso, vê essas contradições como pontos de partida que têm o potencial de gerar mudanças e transformações sociais, configurando-se como um processo de superação, realizando uma análise de desmistificação dessas contradições que se fazem presentes na sociedade capitalista.

Ao apresentar as contradições, divide-as em três partes: as *fundamentais* – porque o capitalismo não funciona sem elas em qualquer época ou lugar, a existência dessas contradições permite a produção e reprodução do círculo do capital (Harvey, 2017, p. 90); as *mutáveis* – são aquelas que não se estabilizam ou apresentam-se de forma estática, alterando seu espaço de desdobramento (Harvey, 2017, p. 101); e as *perigosas* – que evoluem de modo diferente e fornecem grande parte da força dinâmica que está por trás da evolução histórica e geográfica do capital (Harvey, 2017, p. 203).

Durante a apresentação das contradições, o autor emprega exemplos do cotidiano, facilitando a compreensão dos conceitos de maneira didática. Na contradição mutável de número 8: Tecnologia, trabalho e descartabilidade humana, define a tecnologia em sua existência, fluidez e dinamismo em uma relação específica, dinâmica e contraditória com a natureza (Harvey, 2017, p. 93).

O autor argumenta que “a cultura capitalista se tornou obcecada pelo poder da inovação tecnológica e se transformou em um objeto de fetiche do desejo capitalista (Harvey, 2017, p. 96)” – embora o conceito de fetiche, conforme apresentado por Marx, seja mencionado, não é o foco central da pesquisa do autor. Nesse contexto, há uma relação contraditória entre o capital e as transformações tecnológicas: enquanto o capital impulsiona a criação dessas inovações, ele também deve adaptá-las para garantir a manutenção de seu

processo de reprodução, que é caracterizado por uma multiplicidade de pequenas empresas e divisões do trabalho. Sem a circulação de valor e a geração de mais-valia, o capital simplesmente não pode existir.

Harvey (2017) argumenta que os aumentos significativos na produtividade são um dos aspectos centrais dos movimentos contraditórios no sistema capitalista. Destaca que a mudança tecnológica nunca ocorre de forma gratuita ou sem consequências. Portanto, é essencial questionar quem se beneficia dessa inovação e quem arca com os impactos negativos resultantes da destruição, fazendo referência ao termo “vendáveis de destruição criativa” de Joseph Schumpeter (1942).

Ainda quanto a essa contradição, o autor aborda os cinco imperativos tecnológicos dominantes, que são a organização da cooperação e das divisões de trabalho para maximizar o lucro, a necessidade de facilitar a aceleração da circulação do capital, as tecnologias de produção e disseminação do conhecimento para armazenar e recuperar dados, como fundamentais para a perpetuação do capital, as finanças e o dinheiro como domínio crucial para o funcionamento do capital e, finalmente, a questão do controle do trabalho e da mão de obra, pois o controle sobre o processo de trabalho e o trabalhador é crucial para a capacidade do capital de sustentar a lucratividade e a acumulação de capital.

De maneira geral, sua obra transmite a ideia de que a dialética entre contradição e superação é um aspecto intrínseco ao capitalismo, já que o desenvolvimento capitalista é, por sua própria natureza, contraditório.

No epílogo, apresenta diretrizes otimistas que emergem das dezessete contradições, afirmando a importância de criar tecnologias e formas de organização que visem aliviar todas as modalidades de trabalho social, eliminar distinções desnecessárias nas divisões técnicas do trabalho e liberar tempo para atividades individuais e coletivas (Harvey, 2017, p. 272).

Dando continuidade à discussão sobre a relação entre tecnologia e o mundo do trabalho, com ênfase no aumento da automação e da inteligência artificial, o artigo de Filgueiras e Antunes aprofunda a análise sob outra perspectiva, revelando uma nova dimensão do trabalho precarizado. Os autores buscam uma compreensão mais abrangente dos múltiplos significados do trabalho nas plataformas digitais, abrangendo os mais variados setores produtivos.

A ideia de que o trabalho seria obsoleto em breve, dominado por máquinas e inteligência artificial, tem sido amplamente difundida. No entanto, Filgueiras e Antunes apresentam um quadro mais complexo e desafiador. Ao analisarem a realidade das plataformas digitais, os autores demonstram que, contrariamente às expectativas, o trabalho persiste, mas em condições cada vez mais precárias. A pesquisa dos autores revela como as novas tecnologias

têm sido utilizadas para intensificar o controle sobre os trabalhadores e flexibilizar as relações de trabalho, conforme evidenciado em suas análises sobre o controle, organização e regulação do trabalho por aplicativos e plataformas (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 59-60).

Para uma organização da estrutura dos argumentos apresentados ao longo do artigo, os autores sustentam três pilares fundamentais. Primeiramente, demonstram como as novas tecnologias e plataformas digitais, sob a égide da razão instrumental, têm sido utilizadas para precarizar as relações de trabalho e enfraquecer os direitos trabalhistas, dificultando a organização e a luta da classe trabalhadora. Em seguida, apresenta dados empíricos, provenientes de entrevistas com trabalhadores de plataformas digitais, que corroboram a tese de precarização e exploração. Por fim, destacam como essa nova modalidade de trabalho desafia legislações e instituições públicas, exigindo novas formas de regulamentação e proteção social.

Considerando a terminologia utilizada para descrever esse novo modelo de trabalho, identificam em termos como *“crowdwork”*, *“work on-demand”* e *“digital labor”* características comuns, como a mediação digital, a flexibilidade e a falta de garantias trabalhistas. Questionam, então, a visão predominante de que as plataformas digitais oferecem mais oportunidades e flexibilidade aos trabalhadores, contrapondo-a a uma perspectiva mais crítica, que destaca os desafios e as precarizações desse modelo de trabalho. Os autores argumentam que a uberização do trabalho não se limita à transferência de atividades de uma empresa para outra, mas diz respeito à criação de um novo mercado de trabalho, caracterizado pela fragmentação e pela instabilidade (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 62).

Os autores demonstram como a disseminação das plataformas digitais tem intensificado a precarização do trabalho. Ao analisar os mecanismos de funcionamento dessas plataformas, revelam como a ideologia da flexibilidade e da autonomia encobre a transferência de riscos para os trabalhadores, que passam a arcar com custos fixos e perdem garantias trabalhistas. Além disso, demonstram como as plataformas utilizam diversos mecanismos de controle para garantir a submissão dos trabalhadores, desmistificando a ideia de que o trabalho nas plataformas representa uma nova forma de liberdade.

Podemos concluir que as páginas analisadas evidenciam a profunda transformação das relações de trabalho no contexto das plataformas digitais. A precarização, caracterizada pela intensificação da exploração, pela transferência de riscos para os trabalhadores e pela ausência de garantias trabalhistas, é uma realidade cada vez mais presente nesse novo modelo de produção e organização do trabalho (Filgueiras; Antunes, 2020, p.76-77).

A ideologia da flexibilidade, amplamente difundida pelas empresas de plataforma, mascara a intensificação do controle sobre os trabalhadores, exercido por meio de algoritmos que determinam os ritmos de trabalho e os níveis

de produtividade. A ausência de regulamentação específica para esse tipo de trabalho contribui para a perpetuação dessa situação, exigindo a adoção de medidas urgentes por parte do Estado para garantir os direitos dos trabalhadores, e não só do empresariado.

CONCLUSÃO

Ao analisar a obra de David Harvey e da dupla Vitor Filgueiras e Ricardo Antunes, percebemos como as transformações do mundo do trabalho se entrelaçam com outras dimensões da vida social, como a racialização, o gênero e a desigualdade territorial. A desantropomorfização do trabalho, a precarização e a intensificação da exploração afetam de forma diferenciada os diversos grupos sociais, aprofundando as desigualdades existentes. É fundamental, portanto, que as lutas por melhores condições de trabalho sejam articuladas com outras lutas sociais, buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária

As contradições apresentadas por Harvey não são meramente eventos pontuais, mas sim estruturas profundas que se acumulam e se manifestam de maneiras distintas em diferentes locais e momentos históricos. Isso ressalta a ideia de que as crises do capitalismo contemporâneo têm raízes sistemáticas e são impulsionadas por essas contradições que estão relacionadas (ou conectadas) à vida cotidiana das pessoas ao redor do mundo.

As análises de Filgueiras e Antunes, por sua vez, contribuíram para a compreensão dos impactos dessas transformações na vida da classe trabalhadora, tanto em termos objetivos (condições de trabalho, renda etc.) quanto subjetivos (identidade, autonomia etc.). Ao desvelar as dinâmicas de formação e utilização do exército industrial de reserva nesse novo contexto, os autores nos alertam para a necessidade de repensar as estratégias de luta e organização da classe trabalhadora.

Constatando que o avanço contínuo do capitalismo está intrinsecamente ligado à destruição da vida humana, ambas as obras nos convidam a uma reflexão crítica sobre o custo social e humano do capitalismo. Elas possibilitam um “outro” pensar o trabalho na atualidade e a proposição de um horizonte de lutas. Tais leituras, portanto, não podem passar sem um estudo sistemático para aqueles que buscam analisar o que está ocorrendo atualmente no campo do trabalho e suas transformações na sociedade capitalista. Ao problematizar o modelo de produção e consumo vigente, elas abrem caminhos para a construção de horizontes de luta que superem a lógica da exploração, da alienação e da desigualdade.